

**Passados que se atualizam:
“Os 100 anos da abolição” na revista *Manchete*, edição histórica¹**

Joana dos Santos ROSÁRIO²
Frederico de Mello Brandão TAVARES³
Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

RESUMO

A discussão social sobre as relações étnico-raciais no Brasil vem ganhando ao longo do tempo atualizações. O ano de 1988 representou, nas páginas da extinta revista *Manchete*, um período de reivindicações pela superação de um passado recente e de antagonismos entre aqueles que enxergavam o Brasil livre do racismo e os que afirmavam a existência de um preconceito racial amenizado pela pluralidade. Este artigo analisa as reportagens relacionadas à capa intitulada “Os 100 ANOS DE ABOLIÇÃO – O Brasil negro hoje”, presentes na edição histórica nº1883. Tem-se como objetivo analisar aspectos históricos e discursivos que marcam a construção das representações acerca da questão racial no Brasil e como essa pauta, na revista, nos ajuda a pensar criticamente o papel que o jornalismo assume como agente catalisador e articulador de memórias e temporalidades.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Abolição; *Manchete*; Efeméride; Jornalismo.

INTRODUÇÃO

Em um contexto de mudanças sociais pelo mundo, na busca pela reafirmação dos direitos da população negra, o ano de 1988 representou nas páginas da revista brasileira *Manchete* um período de reivindicações pela superação de um passado recente e de antagonismos entre aqueles que enxergavam o Brasil livre do racismo e os que afirmavam a existência de um preconceito racial amenizado pela pluralidade.

Grada Kilomba (2016, p.8), observa que para se criar novas configurações de conhecimento, torna-se necessário compreender “[...] que todos nós falamos de tempos e lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas”. Neste sentido, no que diz respeito a representação sobre o outro, a partir das questões raciais, entende-se que é por meio de narrativas e traduções de acontecimentos, que o jornalismo, por exemplo, pode ser visto

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Bolsista CAPES. E-mail: joana.rosario@aluno.ufop.edu.br.

³ Doutor em Comunicação, Professor do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). E-mail: frederico.tavares@ufop.edu.br.

como uma ferramenta que opera diretamente no processo de construção do conhecimento, de memória e de um ideal cultural, cabendo às revistas um papel importante na construção de imaginários sociais ao longo do século XX.



Figura 01: Capa da revista *Manchete*, edição nº 1883, de 1988.

Fonte: reprodução da internet.

A tensão entre uma temática historicamente controversa e invisibilizada – a racial – e a leitura de mundo dela advinda permitem colocar em perspectiva padrões e vieses presentes nas revistas e, com isso, perguntar sobre suas naturezas editoriais e trajetórias em relação às dinâmicas da vida social e da realidade brasileira.

O estudo aqui relatado analisa as reportagens relacionadas à matéria de capa (**Figura 01**) intitulada “Os 100 ANOS DE ABOLIÇÃO – O Brasil negro hoje”, presentes na edição histórica nº1883 da extinta revista brasileira *Manchete*, de 1988. Tem-se como objetivo analisar, nas reportagens, aspectos históricos e discursivos que marcam a construção das representações acerca da questão racial no Brasil e como essa pauta, na *Manchete*, nos ajuda a pensar o papel que as revistas assumem como agentes sociais, articuladores de memórias e atualizações no jornalismo. Em outras palavras, o trabalho em questão propõe-se a analisar a questão racial no Brasil, sob uma perspectiva temporal, de modo a observar de que forma é representada, na efeméride de 100 anos da abolição da escravatura, a imagem do negro.

Na edição analisada, voltamos nossos olhares para três matérias, a reportagem principal “Os 100 ANOS DE ABOLIÇÃO – O Brasil negro hoje”, que mostra a vivência

peçoal de Dayse Nunes, Djavan, Zezé Motta, Pelé e Benedita da Silva, deputada estadual, uma retomada de discussões sobre classe e a experiência social negra em um/a meio/sociedade majoritariamente branco/a. A segunda reportagem, presente na sessão documento “ABOLIÇÃO — Há 100 anos o Brasil vivia O SONHO DA LIBERDADE” faz um resgate histórico do momento em que a Lei nº 3353 de 13 maio de 1888 é assinada pela Princesa Isabel e o processo de libertação dos negros, narrando a partir das visões de alguns historiadores as organizações e movimentos abolicionistas que impulsionaram na criação das leis e ainda, a partir da visão da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, o apagamento do negro na imprensa e suas nuances. Por fim, a terceira e última matéria da edição “ESCRAVA ANASTÁCIA — Negro milagre de olhos azuis” traz para debate a questão da religião, a partir da polêmica entre a igreja e o povo e o não reconhecimento da espiritualidade de Anastácia. Nesse sentido, *Manchete* apresenta a efeméride na tensão entre uma reportagem “do presente” com outras “sobre o passado”, o que permite o encaminhamento de problematizações acerca de trajetórias editoriais, memórias e de suas relações com a sociedade brasileira.

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL E OS 100 ANOS DA ABOLIÇÃO

A questão racial no Brasil é sem dúvidas motivo de grandes discussões, podendo ser tratada a partir de diferentes perspectivas. Primeiramente, pode se referir ao fato que o país se estabeleceu economicamente pela mão de obra escrava. Pode também se reportar às práticas de confronto e resistência dos negros ao racismo durante e após o período colonial. Ou, finalmente, tratar do modo particular de leitura sobre progresso do Brasil, que através de políticas de embranquecimento buscou resolver o problema do negro que mais tarde culminou na criação da questionável ideia de nação plural e diversa.

Por volta de 1535, o comércio de escravos no Brasil estava plenamente estabelecido, organizado e regulamentado (NASCIMENTO, 1978). Enquanto a igreja católica, desfrutando de reputação como uma instituição benevolente e humanitária, assumia um papel central na institucionalização da "escravidão em toda a sua crueldade" (NASCIMENTO, 1978, p. 52). A comercialização de escravos no Brasil revelava vantagens significativas. Devido à sua proximidade geográfica com a África, os custos associados à aquisição dos negros importados eram menores, simplificando o processo de compra. A facilidade na obtenção de novos

escravos tornava suas vidas mais difíceis, levando os senhores a optarem pela substituição regular em vez de prover cuidados e alimentação adequada. Os efeitos desse tratamento não poderiam ser piores, na época era alto o índice de mortalidade infantil entre os escravos, conforme destacado por Abdias Nascimento (1978, p.58).

Vivenciando na pele as marcas da agressão, à prática de confronto e resistência eram recorrentes e incluíam o suicídio, o crime, a fuga, insurreição, revolta e o banzo⁴ – o mais triste modo de rejeição (NASCIMENTO, 1978, p. 59). Mesmo após a conquista da independência do Brasil, em 1822, o país continuou sob as bases do sistema escravagista e as insurreições negras permaneceram até às vésperas da Abolição em 1888. À medida que o capitalismo emerge na Europa e nas Américas, a ideia de que o racismo terminaria amplia novos debates, e diante da pressão externa, em 1888, o Brasil abole a escravidão e a questão racial se instaura como centro do debate, afinal a maior parte da população naquele momento se configurava, em sua maioria, por negros e mestiços. Como vai dizer Domingues (2018), na apresentação de um especial da revista *Tempo & Argumento*,

A história da abolição e pós-abolição no Brasil está sendo (re)escrita, em permanente diálogo com as questões do tempo presente. Se é verdade que, apesar de passados 130 anos da Lei Áurea, os egressos do cativo e/ou seus descendentes ainda enfrentam uma série de desafios na esfera do reconhecimento, dos direitos e do exercício da cidadania no seio da nação, não é menos verdade que vem sendo crescente a sensibilização do Estado e da sociedade civil às políticas de reparações, ações afirmativas etc. A história e a memória são arenas de disputas e embates de projetos de nação (DOMINGUES, 2018, p. 7).

Já se passaram 35 anos do centenário da abolição da escravatura no Brasil a partir de seu marco formal, a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Há no antes e no depois desse acontecimento, um conjunto de contextos e debates, cuja memória se atualiza a partir de disputas entre sujeitos e narrativas. Vamireh Chacon (1988), no ano do centenário, afirma que o fim da escravidão, muito mais que um ato individual, já era, no final do século XIX, uma realidade “incontrolável”. Nessa perspectiva, Domingues (2011) lembra a reivindicação do “movimento negro organizado”, desde os anos 1970, questionando o papel de redentora atribuído à Princesa Isabel, pois, ao fim, a abolição “não garantiu a inclusão do negro na

4 “O africano era afetado de uma patética paralisação de vontade de viver, uma perda definitiva de qualquer esperança” culminando em uma dolosa morte lenta e gradual (NASCIMENTO, 1978, p. 59).

sociedade brasileira” (DOMINGUES, 2011, p. 21). Mais que isso, como lembra o autor (2011, p. 30), nas últimas décadas do século XX,

[...] a historiografia brasileira tem evidenciado como os cativos, apesar de todas as adversidades e limitações, procuraram ser protagonistas de seu dever. Definitivamente, eles não ficaram de braços cruzados, esperando pela liberdade, nem dependeram do chamamento dos abolicionistas. De meados de 1860 até o 13 de maio de 1888, os escravos levaram a cabo diversos métodos de resistência e luta para romper com os “grilhões da opressão”. Entre esses métodos, avultavam-se as ações de liberdade nas barras dos tribunais e as fugas – individuais ou coletivas, espontâneas ou planejadas –, as quais causavam pesadelos nos “donos do poder”. Também entraram em cena, nesse período, novas formas de organização dos mocambos e quilombos.

Nas primeiras décadas do século passado, por outro lado, houve inúmeros movimentos de glorificação do Treze de Maio, como sinônimo de “redenção”, como o “grande dia da emancipação da nossa raça”. Em discursos oficiais, bem como em jornais e revistas (na imprensa em geral ou na chamada imprensa negra), ou em ações e festejos na sociedade, inclusive em estratos da população negra, a efeméride cercou-se de significado laudatório em relação aos abolicionistas (DOMINGUES, 2011).

As comemorações do Treze de Maio, por sua vez, assumiram diferentes contornos e significados políticos, ora por permitir que a memória coletiva da escravidão não caísse no ostracismo, ora por suscitar na agenda nacional o debate sobre a questão racial, ora por carrear visibilidade às reivindicações de direitos (DOMINGUES, 2011, p. 41).

Do ponto de vista da memória, afirma Domingues (2011), ainda que exista um repúdio em relação à data e às consequências da assinatura da Lei – como dispositivo legal não garantiu uma efetiva equiparação social e política dos ex-escravizados e seus descendentes aos demais cidadãos da nação (p. 42) – o Treze de Maio e suas comemorações, desde sempre, envolveu agentes que “tinham noção de que a abolição da escravatura não acarretou a solução para todos os infortúnios por eles enfrentados na sociedade, contudo foi uma conquista *sui generis*” (p. 42). Nesse sentido, “[...] deveria ser comemorada todos os anos, para que as pessoas não se esquecessem de uma instituição tão ‘nefanda’” como a escravidão (DOMINGUES, 2011, p. 42).

Em 1988, Chacon afirmou que o 13 de maio deve ir “muito além de uma efeméride igual às outras”. Diz o autor: “O que nele está explícito, não só meramente implícito, exige-o” (CHACON, 1988, p. 39). Tal exigência tem um lado prático, de transformação, denúncia, mas

também um lado temporal, que aponta para a polissemia de significados em torno da data, bem como de suas atualizações em relação a passados, presentes e futuros.

JORNALISMO, REVISTAS E EFEMÉRIDES

No contexto da mídia, a revista, historicamente, se tornou um artefato capaz de “esgotar” fatos de acordo com as rotinas de produção e recepção de cada veículo, assumindo um caráter de agente público importante na conformação de leituras de mundo e de relação com questões estruturais de uma época. De acordo com Daisi Vogel (2013), isso se dá em razão de uma relação mais estreita das revistas com o leitor/assinante, construindo “montagens” que permitem aproximações a temporalidades compartilhadas dentro de uma comunidade constituída por um circuito comunicacional.

Nesta lógica, em seu papel de informar o mundo, o jornalismo e, conseqüentemente, as revistas, se alimenta de acontecimentos e temas sociais relevantes. No caso das revistas, movimentos editoriais de segmentação de público, bem como de distinção em relação aos demais veículos de mídia, fez amadurecer um produto editorial que em meados do século XX acabou por se consolidar (MIRA, 2001).

O contexto da segunda metade do século XX, tanto trouxe uma reconfiguração do mercado midiático, com a internacionalização de certos modelos de práticas e produtos, quanto demandou de veículos midiáticos a adesão a certas pautas de relevância histórica e social. Em tal diálogo, principalmente a partir da década de 1960, a efervescência de acontecimentos ligados às lutas por direitos civis em todo o mundo e discussões sobre relações étnico-raciais ganharam espaços significativos nos meios de comunicação. As mudanças no mundo e a iminente necessidade de acompanhar a formação das expectativas de mercado da mídia, bem como a necessidade de apontar “soluções” para as questões raciais no Brasil ganhou evidência. No caso das revistas, o atendimento a essas demandas, algo característico do meio (SCALZO, 2004), tanto ajuda a pensar visibilidades importantes quanto a problematizar maneiras como tais visibilidades são construídas.

No contato com publicações e suas edições especiais, voltadas principalmente para coberturas históricas e para efemérides específicas, algo próprio do jornalismo, mas também diverso em relação às suas concretizações no mercado editorial (TAVARES, 2021), aparece. Tais edições, indicam, em seu conjunto, perspectivas de questionamentos acerca de rupturas e

continuidades editoriais existentes em cada periódico, ao longo de sua existência, reveladoras de visões de mundo e propostas de compreensão da realidade. Em tais edições, muitas vezes, as efemérides assumem um papel articulador da pauta, norteando não apenas reportagens, mas a organização do todo de uma publicação, costurando, em um dossiê temático e notadamente singular, pontos nodais para a compreensão de um objeto à luz de temporalidades postas em jogo.

Domingues (2018, p. 4) afirma que “mais do que a celebração de um acontecimento ou fato importante assinalado em determinada data”, as efemérides são “pontas de icebergs” que emergem, tal qual aponta Alfredo Bosi (1992, p. 19), “relação inextricável entre o acontecimento, que elas fixam com a sua simplicidade aritmética, e a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos”.

No jornalismo, as efemérides ultrapassam a dimensão comemorativa. Servem também como “gancho”, um pretexto para abordar algum tema (MATHEUS, 2013). Como detalham Golin, Cavalcanti e Rocha (2015, p. 623-624), “[...] as efemérides são recursos para atualizar a memória em torno de determinados temas, reinserir pautas, personagens e produtos na economia da oferta dos bens culturais”. Por meio do gancho jornalístico, como “marcador de um movimento cíclico”, “as estações do ano, os aniversários de nascimento e morte (efemérides pessoais) e as celebrações de datas, estes eventos tornam-se rituais de interpretação do passado”, dizem as autoras.

Não à toa, as efemérides, apropriadas por narrativas no seio da sociedade e do tempo, relacionam-se diretamente aos movimentos e agenciamentos que se conectam com a memória. A efeméride, ao presentificar o passado em ritmo cíclico e construir uma memória que tende a ser perene no espaço jornalístico efêmero, coloca as comemorações e suas datações em um cenário de constante. A “capacidade de acionar a presentificação do passado por meio de uma mediação temporal mais distendida, que faz referência a temas, pessoas ou obras que não necessariamente fariam parte da agenda do momento” (CAVALCANTI, 2020, p. 112) atribui à efeméride jornalística uma capacidade de atualização e ressignificação perene acerca daquilo que será pautado nos mais distintos veículos.

No contexto jornalístico, a efeméride sinaliza “[...] disputas que definem aquilo que deve ser lembrado e os modos de acionar esta lembrança, seja pela homenagem, pelos discursos laudatórios e hiperbólicos ou por outras estratégias discursivas” (GOLIN, CAVALCANTI, ROCHA, p. 625). No jornalismo, visto como um lugar de memória, as

efemérides são “[...] propiciadoras de matéria noticiável, ou seja, enquanto âncoras informativas, questionando de que forma se verifica o enquadramento destas” (CERQUEIRA, CABECINHAS, 2015, p. 38). Nesse processo, as efemérides também amplificam memória constantemente reiteradas e reinterpretadas pelo jornalismo, funcionando como recurso para “[...] atualizar a memória coletiva em torno de determinados temas, efemérides, celebrações e comemorações são constantemente trabalhadas sob o lugar de um jornalismo que recupera um sentido de passado, enquanto rememoração” (CAVALCANTI, 2020, p. 63). Nesse sentido, “[...] o acionamento da efeméride é igualmente fruto de disputas, sendo sempre necessário ser renegociado, restabelecido e mediado uma vez mais, de forma que seja continuamente rememorado. (CAVALCANTI, 2020, p. 113).

Nesse cenário, as edições especiais de revistas, como afirma Tavares (2021, p. 15),

[...] son potenciadas por una doble condición: por un lado, son el registro actualizado de algo que ocurrió, evocando una memoria o una lectura desde el presente; y por otro, al contar la historia de la sociedad también integran (o narran) sus propias historias como publicaciones y revelan rasgos de sus proyectos editoriales. Se tiene, así, en tales ediciones, la explicitación de una complejidad del tiempo: tanto por movilizarlo a partir de coberturas que traen consigo lecturas acerca de experiencias y expectativas colectivas e institucionales –sobre temas o hechos–, como por promover actualizaciones y olvidos.

O centenário da abolição da escravatura na revista *Manchete*, em sua edição histórica de 1988, está envolto por essa dinâmica temporal, acionando um conjunto de questões relativas ao tempo social, bem como está acionado, caracterizado, por acionamentos editoriais que enquadram os sentidos sobre o Treze de Maio dentro de uma visão de mundo específica. Tal visão dialoga com a memória e com o papel desta na constituição de um perfil da própria publicação, ao mesmo tempo em que tensiona e é tensionada por questões raciais históricas brasileiras e ganchos jornalísticos possíveis, agenciadores de enquadramentos e articuladores de sentidos para o todo do dossiê formado por aquela edição.

MANCHETE EDIÇÃO HISTÓRICA, Nº 1883: UM PASSADO QUE NOS ACENA!

O objeto de estudo aqui selecionado deriva de recorte empírico proporcionado pelo percurso metodológico realizado na pesquisa “Edições especiais de revista como diferenciação no tempo: a duração como objeto para apreensão de lógicas editoriais”. Alcançou-se a edição especial de *Manchete* em tela através de um levantamento documental

da revista no Acervo Digital de Periódicos da Biblioteca Nacional. Partindo dos mecanismos de buscas disponíveis no Repositório Digital da revista na BN, pesquisou-se sobre os termos “racismo”, “preconceito racial” e “preconceito de cor”, como forma de observar de que maneira temáticas sociais atravessam uma publicação em sua duração editorial, indicando formas de se pensar a constituição de uma identidade jornalística e as tensões entre esse processo e as dinâmicas sociais no decurso da história.

A partir dessa busca inicial e de uma listagem das matérias onde as palavras-chave acima apontadas apareceram, a constituição do *corpus* final passou pela observação das capas da revista *Manchete*, tendo em vista as edições onde a questão racial se evidenciava. Como resultado, observa-se que ao longo de 55 anos, em 2537 edições, 131 capas contendo pessoas negras na *Manchete*, entre elas a edição especial de 100 anos da abolição da escravatura. Junto a isso, no refinamento das questões metodológicas, construiu-se um referencial teórico relacionado conceitualmente às noções de arquivos, representações midiáticas, questões raciais, temporalidade e jornalismo de revista.

A efeméride dos 100 anos da Abolição da Escravatura é tema da revista semanal *Manchete*, em sua edição de nº 1883, de 21 de maio de 1988, com título “Os 100 ANOS DE ABOLIÇÃO – O Brasil negro hoje”. O volume propõe discutir a realidade do negro no Brasil e a história da escravidão e seu fim, em 1888:

Foi uma época de mudanças vitais para a história do Brasil. A causa abolicionista, acoplada à causa republicana, acabaria com os 57 anos de sonho imperial e projetaria o país no século 20. A Abolição e a República eram imperativos políticos e sociais. Um século depois, a pergunta se impõe: alcançaram os seus objetivos? Meio na contramão da história, o Brasil não conseguiu ainda garantir o melhor de dois mundos e se divide dramaticamente entre seus anseios culturais de Primeiro Mundo e suas mazelas tropicais, típicas do Terceiro Mundo (MUGGIATI, 1988, p.3).

Ocupando 25 páginas da revista, a reportagem especial, “ABOLIÇÃO — Há 100 anos o Brasil vivia O SONHO DA LIBERDADE”, traz um dossiê que mostra o que foi a escravatura no Brasil e os caminhos que levaram o país a abolir a escravidão. Logo na abertura, a reportagem aciona o caráter quase que benevolente da Princesa Isabel ao ressaltar que: “Há um século, uma pena de ouro cravejada de brilhantes, adquirida com o produto de uma subscrição popular, quebrou os grilos da escravidão. Ao assinar a Lei 3.353, de 13 de Maio de 1888, a Princesa Isabel pôs um ponto final numa era de terror” (MUGGIATI, 1988,

p. 38). Para traçar as perspectivas históricas na cronologia a que se propõe, o especial recorre a imagens, documentos oficiais e a visão de historiadores e pesquisadores sob a temática.

A temática se divide em quatro perspectivas distintas da história. No texto inicial de abertura, “13 de Maio de 1888 — As fotos do fato”, a partir de imagens Debret e Rugendas, a revista descreve o que se passou no momento inicial do estabelecimento da lei: “Todos respiravam felicidade, tudo que era Delírio” (GONÇALVES, 1988, p.41). No intertítulo que segue, “Fotos históricas provam: A escravidão não sufocou a dignidade da alma africana”, a matéria traz uma série de imagens de escravos durante o período colonial que traçam uma “[...] conexão de costumes e tipos de pretos, coisa muito própria para quem se retira para a Europa”. Com a intuito de retratar uma relação pacífica do Brasil para com os negros, a matéria aborda que muitas fotografias eram produzidas para obterem esse sentido. Abdias Nascimento (1978), aponta que durante esse período uma série de mecanismos foram institucionalizados com o intuito de construir um memorial para referenciar a existência de uma relação cordial entre os escravos e seus senhores.

Nas páginas que seguem, três pesquisadores do tema são mobilizados e apresentam diferentes perspectivas sobre o processo. No primeiro artigo, escrito por Emanuel Araújo com fotografias de Lena Muggiati, “Vida de negro”, é mobilizada a experiência do negro na sociedade brasileira, no momento de sequestro e chegada à América e a relação disso com hierarquias sócias, relacionadas, primeiramente, à cor: uma vez que “aspiração de qualquer branco nos tempos coloniais e pelo século 19 era possuir” ao menos um escravo (ARAÚJO, 1988, p.47).

Com autoria de Herculano Gomes Mathias, o texto “Do primeiro navio negreiro à abolição – QUATRO SÉCULOS DE ESCRAVIDÃO” conta ao leitor o processo de escravidão no Brasil ainda nas expedições exploradoras à América (MATHIAS, 1988, p. 52). Na primeira metade do século XVII, “aos poucos, ainda que sem um tráfico bem organizado, foram desembarcando muitos africanos no Brasil” (MATHIAS, 1988, p. 52). Mais a frente o artigo remonta as tensões e conflitos de interesses que antecedem o processo de abolição e aponta que “[...] a liberdade começou com as leis do ventre livre e dos sexagenários” (MATHIAS, 1998, p. 56).

O terceiro artigo, “Os estrategistas da liberdade”, escrito por Abrahan Ramiro Bentes, remonta as histórias por trás dos movimentos abolicionistas, “associações emancipadoras e jornalistas” (BENTES, 1988, p. 59). O texto conta o processo de luta por uma independência

recorrendo cronologicamente a uma série de eventos que culminaram na Abolição da Escravatura. Entre eles, aponta que o dia “25 de março de 1883”, marca “o primeiro passo definitivo A Rebelião Popular para conduzir o governo Imperial a extinguir a escravatura no Brasil”; nessa data “obteve a liberdade o último homem preto da origem africana, ainda conservado cativo” em Acarapé, Ceará (BENTES, 1988, p. 60).

Por fim, o último texto da série documental sobre a Abolição da Escravatura: “Retrato em Preto e Branco — A imprensa e os negros, segundo a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, a representação do negro nos jornais do século XIX em São Paulo”. Em depoimento a Maria Luiza Silveira, Lilia Schwarcz aponta que, na época, os jornais traziam artigos e referências sobre as ciências evolutivas e deterministas da época. A partir de 1886 e 1887, com o alto índice de negros em fuga, a matéria ressalta que a Princesa Isabel apenas antecipou o que já não havia mais possibilidade de permanecer: “através das fugas, os escravos já tinham feito da libertação de fato” (SILVEIRA; CAMPOS, 1988, p. 63). A antropóloga observa que, no momento posterior a libertação, surgiu na imprensa o “negro degenerado”.

Nesse quarteto de matérias, observa-se um movimento de retomada histórica de muitos processos envoltos acerca da escravidão no Brasil: o especial conta sobre a experiência de vida do negro nos quatro séculos de escravidão, e modos de resistência à opressão dos senhores da época, que culminaram na abolição. Na abertura do dossiê observa-se a tentativa da revista em resgatar uma imagem de benevolência da Princesa Isabel ao assinar a Lei Áurea. Mas que diante de fatos e visões expostas pelos historiadores e estudiosos, fica evidente uma posição para além disso.

Outra reportagem que se segue em torno da pauta da história da escravidão no Brasil traz as raízes místicas por trás da história de Anastácia, escrava que após sua morte ficou conhecida por fazer milagres. Ocupando quatro páginas, a reportagem “ES CRAVA ANASTÁCIA — Negro milagre de olhos azuis”, escrita por Ney Bianchi, com fotografias de Sérgio de Souza, buscou reconstituir as origens de Anastácia. Parente de Chico Rei de Ouro Preto, Filha de Delmira, Anastácia teria crescido na fazenda de D. Joaquina do Pompeu:

Bonita e dengosa que já mulher feita um dos filhos de D. Joaquim, Joaquim Antônio, por ela teria se apaixonado e tentado comprar uma noite em sua cama Anastácia recusaria, seria perseguida, torturada, se revelaria (e, por isso, ganharia uma máscara de flandes dos mineradores) morreria, já então, mártir para os negros e negros e negras da senzala (BIANCHI, SOUZA 1988, p.68).

A reportagem recorre à reflexão do cantor Gilberto Gil que aponta para as incoerências daqueles que negam a existência de Anastácia. Para o artista, “a escrava Anastácia é mais uma evidência da falácia do “país católico”. Em segundo lugar, é da maior importância que a nova entidade milagrosa seja negra e escrava [...] Anastácia é desenhada popularmente como uma negra libertária que estimulava seus irmãos de cor [...] a sucumbirem fora do jugo senhorial”. E concluí, “no ano do centenário da Abolição da Escravatura em nosso país. E é sintomático que massas populares recorram, hoje, aos poderes da santa negra” (BIANCHI, SOUZA 1988, p.68).

Na tentativa de recordar o passado, a edição histórica da revista *Manchete* buscou construir elementos para uma abordagem que abriria perspectivas para traçarmos o que viria a ser o significado do negro no Brasil “de hoje” (1988). Beatriz Nascimento compreende o negro como sujeito da História do país, portanto, o sistema empregado no período colonial que escravizou milhares de pessoas não deve ser confundido com a história do negro. Assim, alinhar a história do negro apenas pela perspectiva de um povo escravizado torna-se, no mínimo, anacrônico, uma vez que o negro existiu em outras condições sociais. Nesta perspectiva, essa visão simplista se torna um produto ideológico do racismo:

[...] o preto diante da História do Brasil se sente o eterno escravo, o eternamente vencido, incapaz de reagir diante da situação que foi colocado aqui no Brasil. Mas isso é uma deformação total que a historiografia procura trazer e que já não corresponde mais a situação de classe baixa que o negro brasileiro geralmente está, de falta de instrução, de falta de condições econômicas, mas que está basicamente estruturado dentro de um arcabouço ideológico de grandes implicações. (NASCIMENTO, 1977, p. 128).

A reportagem de capa da edição, “Foram 100 anos de resistência. E estamos aqui”, escrita por Míriam Malina, com fotos de Indalécio Wanderley, fala a partir da vida de Deise Nunes, Djavan, Zezé Mota, Pelé e Benedita da Silva, o que é ser negro no Brasil “de hoje” (1988):

A vontade de dizer, denunciar, avaliar, propor é forte, mas ninguém atropela ninguém. Todos, com seus discursos articulados sobre a história mais recente do movimento negro, Lei Áurea, racismo – nesta semana em que se completam 100 anos da Abolição da Escravatura – confirmaram, também seu carisma pessoa. Por vezes, o campo de Pelé foi o charme irresistível; a passarela de Daise Nunes, Miss Brasil 86, e modelo, a inteligência veemente; o palco de Djavan, cantor e compositor, a gravidade instigante; o show de Zezé Mota, atriz militante, a beleza vitoriosa; e a tribuna de Benedita da

Silva, favelada e primeira mulher negra deputada federal, a maturidade invejável. (MALINA; WANDERLEY, 1988, p. 5).

A reportagem inicia apontando para o maior destaque dado pela mídia aos “problemas e perspectivas dos negros no Brasil” (MALINA; WANDERLEY, 1998, p.6). Partindo das perspectivas próprias de suas histórias figuras públicas protagonizam um debate que tangencia temáticas a partir da efeméride dos 100 anos da abolição. Djavan, afirma que “A luta é de espaços através da capacidade talento de cada um, abrindo novas fronteiras” (MALINA; WANDERLEY, 1998, p.7). Deise Nunes, espera do Brasil “igualdade em tudo – social, econômica, de raça – não interessa se branco ou preto”. Já Pelé afirma que há uma rivalidade entre os negros, que traduz em um preconceito do negro com o próprio negro e aponta para possíveis soluções através da política. Zezé Mota, afirma que essa questão “não é só do negro, mas nacional, por um Brasil melhor”. Benedita da Silva ainda completa acerca das questões envolvendo gênero, raça e classe. Para ela, o negro segue resistindo e lutando por sua liberdade (MALINA; WANDERLEY, 1998). A matéria ainda propõe uma comparação entre os posicionamentos dos negros brasileiros em relação aos norte-americanos. Pelé afirma que o “americano sentiu na pele o racismo, o negro lá lutou mais [...] o governo lhes deu mais chance” (MALINA; WANDERLEY, 1998, p.8). Djavan discorda da falácia que o negro norte-americano tenha mais consciência de negritude que o brasileiro e ressalta: “Os nossos negros têm outros caminhos, história e resistência, com que criaram os seus mecanismos de defesa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por quase quatro séculos, a população negra foi tratada como uma mercadoria; construiu as riquezas do país, sem de fato usufruí-las. Após a abolição, no processo de industrialização do Brasil, poucos foram os incentivos do Estado em reconhecer o negro como um cidadão. E nesse processo, uma série de políticas foram criadas para agenciar o que Abdias Nascimento (1978) reconhece como o genocídio da população negra. Nesse processo, não foram pensadas políticas de reparação para que houvesse oportunidades e fossem rompidos os ciclos de exclusão. E assim, um século após, no longo processo de resistência

dos negros, o passado que parece ter sido página virada para a história de um país pretensamente plural, escancara sua fundação, erguida pelo sofrimento.

Ao olhar para esse “passado” através da matéria especial “ABOLIÇÃO – Há 100 anos o Brasil vivia o sonho da liberdade” e “ES CRAVA ANASTÁCIA — Negro milagre de olhos azuis”, *Manchete* joga luz na formação de um país fundado pelo infortúnio do racismo científico que comercializou milhares de vidas em função do lucro e da acumulação; aponta para o nível cruel das relações operadas nesse Brasil colonial, de organizações que desejavam a modernização de um país e operavam a favor da liberdade de negros que resistiam desde o primeiro momento que foram retirados de suas terras; bem como constrói um ponto de vista acerca do nível de institucionalização desse sistema que operou no apagamento e na criação de estigmas que, através da memória, seguiram e se atualizaram no tempo.

No entrelace de olhar para o “presente”, na tentativa de propor a pluralidade acerca de histórias de negros bem-sucedidos, *Manchete* apresenta, via efeméride dos 100 anos da abolição, um olhar pouco ampliado sobre as possibilidades do negro brasileiro, naquele momento, ao recorrer, em sua maioria, à pretos em funções mais ligadas ao campo cultural. Ainda, para estabelecer um nível mais amenizado sobre as relações raciais no país, recorre à comparação direta entre o Brasil e os Estados Unidos, abstendo-se das diferenças culturais e políticas existentes em cada país. Além disso, propõe uma narrativa que remonta a questão de classe fincada sob o mesmo critério de raça, não compreendendo o fator multidimensional do racismo que, na sociedade brasileira, é um elemento crucial de mazelas, violência e exclusão.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 95-115, 1997.
- ARAÚJO, E. Vida de negro. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1988, ed. 1883, p.46-51. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/250886> Acesso em 14 Ago. 2023.
- BENTES, A. Os estrategistas da liberdade. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1988, ed. 1883, p.60-61. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/250900>. Acesso em 14 Ago.2023.
- BIANCHI, N; SOUZA, S. ESCRAVA ANASTÁCIA — Negro milagre de olhos azuis. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1988, ed. 1883, p.64-69. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/250904>. Acesso em 14 Ago.2023.
- CAVALCANTI, Anna de Carvalho. **A temporalidade da memória no jornalismo cultural**. 231 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

- CERQUEIRA, Carla; CABECINHAS, Rosa. A Cobertura Jornalística do Dia Internacional das Mulheres na Imprensa Portuguesa: Mudanças, Persistências e Reconfigurações. **Novos Olhares**, 4(1), 37-51, 2015.
- CHACON, Vamireh. O 13 de Maio: Além de uma Efeméride, **Ciência & Trópico**, Recife, vol. 16, nº 1, janeiro-junho, 1988.
- DOMINGUES, Petrônio. "A redempção da nossa raça": as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 31, p. 19-48, 2011.
- DOMINGUES, Petrônio. Apresentação do Dossiê Memória e usos políticos do passado: 130 anos da abolição e pós-abolição. **TEMPO E ARGUMENTO**, v. 10, p. 4-8, 2018.
- GOLIN, Cida; CAVALCANTI, Anna; ROCHA, Julia. A projeção da cidade nas efemérides jornalísticas: estudo do suplemento Cultura de Zero Hora (2006-2009). **In Texto**, v. 34, p. 623-639, 2015.
- GONÇALVES, E, J. 13 de Maio de 1888 — As fotos do fato”. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1988, ed. 1883, p.40-45. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/250881> Acesso em 14 Ago. 2023.
- KILOMBA, Grada. **Palestra-performance**: Descolonizando o conhecimento. São Paulo: Instituto Goethe, 2016.
- MALINA, M; WANDERLEY, I. Foram 100 anos de resistência. E estamos aqui. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1988, ed. 1883, p.4-8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/250844> Acesso em 14 Ago.2023.
- MATHEUS, Letícia. Canecas, relógios e porta-copos: a história como mercadoria jornalística. **MOSAICO**, v. 4, p. 1-18, 2016.
- MATHIAS, H. Do primeiro navio negreiro à abolição – QUATRO SÉCULOS DE ESCRAVIDÃO. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1988, ed. 1883, p.52-57. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/250892>. Acesso em 14 Ago.2023.
- MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo, Olho D'água/Fapesp, 2001.
- MONAGREDA, Johanna Katiuska. A raça na construção de uma identidade política: alguns conceitos preliminares. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 2, p. 366-393, 2017.
- MUGGIATI, R. Os 100 ANOS DE ABOLIÇÃO – O Brasil negro hoje. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1988, ed. 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/250841> Acesso em 14 Ago.2023.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro** processo de um racismo mascarado. Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Historiografia do Quilombo. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Quilombola e Intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018. [1977]. p. 125- 165.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- SILVEIRA, M; CAMPOS, R. Retrato em Preto e Branco — A imprensa e os negros, segundo a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz. **Manchete**, Rio de Janeiro, ano 1988, ed. 1883, p.62-63. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/004120/250903>. Acesso em 14 Ago. 2023.
- TAVARES, Frederico M. B. Movimientos del tiempo en revistas: duración e identidad editorial en las ediciones especiales. In: Geraldine Rogers; Verónica Delgado. (Org.). **Exposiciones en el tiempo: revistas latinoamericanas del siglo XX**. 1ed.Buenos Aires: Katatay, 2021, v. 1, p. 15-33.
- TAVARES, Frederico M. B. Revista e identidade editorial: mutações e construções de si e de um mesmo. In: Frederico de Mello Brandão Tavares; Reges Toni Schwaab. (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, v. 1, p. 76-92.